

Demonstrações Financeiras

State Grid Brazil Holding S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer)

Chamamos a atenção para a nota 6.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$16.946.787.885 e ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$164.332.618. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 5.4 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$16.946.787.885.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

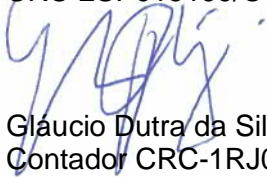
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

State Grid Brazil Holding S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018		2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Concessionárias e permissionárias	10	-	112.265.555	-	114.724.833
Contas a receber - partes relacionadas	20	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.632.552
Impostos a recuperar		7.375.123	31.367.618	5.894.714	50.989.344
Ativo de Concessão - Financeiro	12.1	-	-	-	889.407.003
Ativo de Concessão - Contratual	12.2	-	1.373.942.871	-	-
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	693.017.517	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		279.461	13.069.385	202.928	18.866.533
Estoques		-	35.779.926	-	29.444.774
Dividendos a receber	13	103.813.141	83.965.360	71.246.486	44.478.855
Outros ativos circulantes		99.695	12.384.220	99.733	10.370.754
		840.123.286	3.238.373.080	470.287.685	2.040.639.555
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	-	46.552.332	-	54.520.955
Ativo de Concessão – Financeiro	12.1	-	-	-	8.093.221.532
Ativo de Concessão – Contratual	12.2	-	15.572.845.014	-	-
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	2.036.227.677	772.739.374	701.564.286	701.564.286
Outros ativos não circulantes		985.703	20.732.541	828.395	38.912.855
Investimentos	13	10.765.234.201	3.373.435.830	9.310.946.072	3.239.013.840
Investimentos disponíveis para venda	20.1	47.344.000	47.344.000	44.249.093	44.249.093
Propriedade para investimento	14	86.964.328	86.964.328	89.250.478	89.250.478
Imobilizado	15	108.868.916	132.947.747	111.282.731	129.554.102
Intangível	16	358.770	76.565.767	415.873	146.437.680
		13.045.983.595	20.130.126.933	10.258.536.928	12.536.724.821
Total do ativo		13.886.106.881	23.368.500.013	10.728.824.613	14.577.364.376

State Grid Brazil Holding S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018		2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores - terceiros	17	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.600.669	-	1.325.320	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	84.507.322	-	668.811.031
Empréstimos - partes relacionadas	18	8.089.180	220.325.669	14.839.525	213.058.876
Impostos e contribuições sociais		5.143.035	90.276.017	4.624.117	121.155.398
Taxas regulamentares	19	-	47.218.089	-	45.075.822
Dividendos propostos	23	118.329.428	118.329.428	113.280.465	113.280.465
Outros passivos circulantes		185.747	52.157.344	193.722	28.039.817
		133.968.436	1.150.572.223	134.421.504	1.629.887.919
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	5.104.038.420	-	704.475.558
Empréstimos - partes relacionadas	18	3.102.273.007	3.774.331.528	2.459.504.247	3.205.286.233
Outras provisões - compensação ambiental		-	18.221.090	-	17.351.420
Impostos diferidos	21	9.882.124	2.595.915.643	8.370.354	795.236.272
Provisão para contingências	22	589.816	38.790.496	297.070	52.090.076
Outros passivos não circulantes		2.402.544	49.639.659	2.245.447	49.050.907
		3.115.147.491	11.580.936.836	2.470.417.118	4.823.490.466
Patrimônio líquido					
Capital social	23	9.787.203.751	9.787.203.751	7.636.287.097	7.636.287.097
Reserva legal		52.406.532	52.406.532	25.833.037	25.833.037
Reserva de lucros		797.380.671	797.380.671	461.865.857	461.865.857
		10.636.990.954	10.636.990.954	8.123.985.991	8.123.985.991
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.886.106.881	23.368.500.013	10.728.824.613	14.577.364.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

		2018		2017	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	24	7.058.078	7.969.981.778	8.508.067	3.179.967.074
Custo da operação	25	(6.603.550)	(5.840.541.289)	(9.258.764)	(2.530.568.259)
Lucro bruto		454.528	2.129.440.489	(750.697)	649.398.816
Despesas gerais e administrativas	26	(27.428.911)	(132.132.717)	(24.651.701)	(135.487.728)
Outras despesas / receitas operacionais líquidas	27	778.976	16.687.932	7.042.861	22.695.624
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(26.195.407)	2.013.995.704	(18.359.537)	536.606.711
Resultado financeiro	28	(493.507.732)	(1.038.187.601)	(93.016.003)	(259.844.996)
Receita financeira		619.824.483	800.615.753	330.798.374	511.737.245
Despesa financeira		(1.113.332.215)	(1.838.803.354)	(423.814.377)	(771.582.241)
Equivalência patrimonial	13.2	1.052.684.799	420.855.786	449.078.021	161.323.337
Resultado antes dos impostos		532.981.660	1.396.663.889	337.702.481	438.085.052
Imposto de renda e contribuição social	29	(1.511.770)	(865.193.999)	72.079.862	(28.302.709)
Lucro líquido do exercício		531.469.890	531.469.890	409.782.343	409.782.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	531.469.890	531.469.890	409.782.343	409.782.343
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	531.469.890	531.469.890	409.782.343	409.782.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro acumulado	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.803.484.360	5.274.906	75.167.420	-	5.883.926.686
Lucro do exercício	-	-	-	409.782.343	409.782.343
Aumento de capital conforme AGE de 16 de fevereiro de 2017	176.492.009	-	-	-	176.492.009
Aumento de capital conforme AGE de 25 de abril de 2017	111.531.437	-	-	-	111.531.437
Aumento de capital conforme AGE de 04 de setembro de 2017	72.829.500	-	-	-	72.829.500
Aumento de capital conforme AGE de 28 de setembro de 2017	83.978.518	-	-	-	83.978.518
Aumento de capital conforme AGE de 25 de outubro de 2017	1.241.526.500	-	-	-	1.241.526.500
Aumento de capital conforme AGE de 01 de novembro de 2017	146.444.773	-	-	-	146.444.773
Constituição da reserva legal	-	20.558.131	-	(20.558.131)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	386.698.437	(386.698.437)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 21)	-	-	-	(3.906.045)	(3.906.045)
Outros	-	-	-	1.380.270	1.380.270
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.636.287.097	25.833.037	461.865.857	-	8.123.985.991
Aumento de capital conforme AGE de 15 de janeiro de 2018	1.254.631.573	-	-	-	1.254.631.573
Aumento de capital conforme AGE de 24 de abril de 2018	896.285.081	-	-	-	896.285.081
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	(164.332.618)	(164.332.618)
Absorção do prejuízo, efeito em 1º de janeiro de 2018, adoção CPC 47	-	-	(164.332.618)	164.332.618	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	531.469.890	531.469.890
Constituição da reserva legal	-	26.573.495	-	(26.573.495)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	499.847.432	(499.847.432)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(5.048.963)	(5.048.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.787.203.751	52.406.532	797.380.671	-	10.636.990.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	532.981.660	1.396.663.889	337.702.481	438.085.052
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(1.052.684.799)	(656.695.749)	(449.078.021)	(161.323.337)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	424.624.998	902.364.851	54.826.443	222.177.175
Depreciação e amortização	5.120.974	7.867.026	9.537.696	12.042.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3.273.410)	-	2.302.629
Provisão para contingências	292.747	(14.308.286)	-	2.611.920
Provisão para compensação ambiental	-	1.878.376	-	186.663
Atualização de investimento disponível para venda	(3.094.907)	(3.094.907)	(3.781.865)	(3.781.865)
Outros	157.096	3.243.814	200.231	2.619.427
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	-	5.732.692	-	5.595.831
Contas a receber	10.159.972	34.463.609	(11.290.182)	16.037
Ativo de concessão (financeiro)	-	-	-	(2.750.427.371)
Ativo de concessão (contratual)	-	(7.484.003.565)	-	-
Estoques	-	(6.335.155)	-	(168.850)
Impostos a recuperar	(1.480.408)	33.671.616	(3.260.049)	(10.873.161)
Adiantamentos a fornecedores	(76.533)	3.920.764	229.263	(7.033.532)
Outros ativos	(157.268)	15.769.595	(793.986)	7.290.307
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	737.368	75.285.883	1.353.083	405.786.627
Impostos e contribuições sociais	518.919	896.753.147	78.944.658	374.032.584
Juros pagos	(146.690.908)	(409.049.067)	(74.945.808)	(184.060.841)
Taxas regulamentares	-	1.933.906	-	1.003.571
Outros passivos	(7.973)	9.491.789	70.950	7.067.569
Impostos pagos	-	(100.240.727)	(80.234)	(143.682.594)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(229.599.062)	(5.287.959.909)	(60.365.340)	(1.780.533.840)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	394.497.395	29.895.333	60.110.151	2.012.025
Dividendos intermediários recebidos	-	-	154.540.173	-
Empréstimos a receber	(1.890.000.000)	(1.890.000.000)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(363.906)	(8.871.271)	(574.072)	(7.092.604)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	183.819	284.711
Títulos e valores mobiliários	-	7.968.623	-	231.029
Aquisição de investimentos	(993.000.000)	(25.500.000)	(2.237.586.781)	(478.734.781)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.488.866.511)	(1.886.507.315)	(2.023.326.710)	(483.299.620)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	2.150.916.654	2.150.916.654	1.832.802.737	1.832.802.737
Empréstimos captados	723.320.817	9.430.486.867	229.769.722	779.769.722
Empréstimos pagos	(502.917.401)	(3.713.566.204)	-	(310.635.062)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	2.371.320.070	7.867.837.317	2.062.572.459	2.301.937.397
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(347.145.503)	693.370.093	(21.119.591)	38.103.937
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	376.213.445	876.724.907	397.333.036	838.620.969
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Companhia”), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 27 de março de 2019.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação		Data de aquisição
	2018	2017	
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") (i)	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM") (i)	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (ii)	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (iii)	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê") (iii)	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE") (iii)	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (iii)	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (iii)	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (iv)	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE") (v)	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC") (vi)	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") (vii)	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") (viii)	100	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") (viii)	100	100	27/04/2016

(i) A ETEE e ETIM foram adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. Até 2017 as sociedades controladas pelas SGBH - SGBH Expansão Participações Ltda ("SGBH-E") e SGBH Transmissão Participações Ltda ("SGBH-T") - possuíam o controle acionário da ETEE e da ETIM respectivamente. Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH, onde a SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas na ETEE e ETIM respectivamente conforme Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL referente autorização prévia de incorporação datado de 30 de dezembro de 2016, onde informa que o controlador indireto (SGBH) passa a ser controlador direto da ETEE e ETIM.

(ii) Adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.

(iii) Adquiridas já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A.

(iv) Adquirida através do leilão 007/2013 - lote P, firmado através de contrato assinado em 18 de novembro de 2013.

(v) Adquirida já em fase operacional da CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Nova Geração Brasil Ltda.

(vi) Adquirida já em fase operacional da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.

(vii) Adquirida através do leilão 007/2015 firmado através de contrato assinado em 22 de outubro de 2015.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

(viii) Adquiridas através do leilão 13/2015 firmado através de contratado assinado em 25 de agosto de 2016.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2018/2019 - R\$ (i)	RAP ciclo 2017/2018 - R\$ (ii)
ETEE (vi)	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	104.574.880	146.550.508
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	83.225.219	81.061.791
ITE	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	242.383.097	221.162.600
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	32.702.584	31.358.201
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	40.954.353	39.817.557
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	139.777.012	135.897.131
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	44.387.981	40.141.908
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	26.351.413	25.619.960
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	66.564.259	58.485.509
PPTE	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	103.394.710	99.168.401
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	73.510.407	71.464.074
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	22.314.237	22.389.617
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	15.545.884	15.114.366
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	11.397.022	9.299.475
LTMC	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	39.311.501	31.776.694
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	(iii)	(iii)
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	64.541.800	(iv)
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	(v)	(v)

- (i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 foi aprovada em 26 de junho de 2018 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 - ANEEL.
- (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 foi aprovada em 27 de junho de 2017 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 - ANEEL.
- (iii) A XRTE não possui RAP para os ciclos 2017/2018 e 2018/2019 pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação para dezembro de 2019. Entretanto, há esforços sendo aplicados para uma possível entrada em operação com antecipação de alguns meses em relação à data estabelecida no Contrato de Concessão.
- (iv) A CNTE não possuía RAP para os ciclos 2017/2018, pois encontrava-se em fase pré-operacional. Ela entrou em operação em 4 de junho de 2018, fazendo jus à RAP proporcional do ciclo 2018/2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.408/2018 - ANEEL, aprovada em 26 de junho de 2018.
- (v) A PRTE não possui RAP para os ciclos 2017/2018 e 2018/2019 pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação para 2019.
- (vi) O contrato de concessão 096/2000 da ETEE, na sexta cláusula, décima primeira subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

4. Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os respectivos acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação	
	2018	2017
Luziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

- (i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.

O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela (ANEEL) em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016.

- (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09 de dezembro de 2016.

- (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA.

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém, o Projeto entrou em operação comercial em dezembro/2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. Resumo das práticas contábeis

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

5.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

5.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

5.9. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para as controladas, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxerê e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido.

Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

5.11. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.15. Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

d) Receita de aluguel - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização.

5.16. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.17. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. Principais mudanças nas políticas contábeis

6.1. Pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contratos com clientes (IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers): A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 5.4 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47/IFRS 15, o contas a receber da implementação da infraestrutura. Até então classificado como ativo financeiro em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual. A diferença nos critérios de mensuração na Companhia e em suas controladas em conjunto foi de R\$(164.332.618) foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/ IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

	Ref	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1 de janeiro de 2018
Lucros acumulados		
Ativo contratual	(i)	480.155.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados	(ii)	(262.838.179)
Pis e Cofins diferidos relacionados	(ii)	(82.346.806)
Realização do ágio	(iii)	(56.751.463)
Equivalência patrimonial de entidades controladas em conjunto	(iv)	(242.551.955)
Impacto em 1º de janeiro de 2018		(164.332.618)

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018 (Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15)	Ref	2018 Ajustes	2018 (Conforme apresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	1.372.066.201	(i)	(1.372.066.201)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	1.373.942.871	1.373.942.871
Dividendos a receber	83.406.165	(iv)	559.195	83.965.360
Demais ativos circulantes não impactados	1.780.464.849		-	1.780.464.849
	3.235.937.215		2.435.865	3.238.373.080
Ativo não circulante				
Ativo de concessão (financeiro)	13.755.058.974	(i)	(13.755.058.974)	-
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	15.572.845.014	15.572.845.014
Investimentos	3.393.600.788	(iv)	(20.164.958)	3.373.435.830
Intangível	133.317.230	(iii)	(56.751.463)	76.565.767
Demais ativos não circulantes não impactados	1.107.280.322		-	1.107.280.322
	18.389.257.314		1.740.869.619	20.130.126.933
Total do ativo	21.625.194.529		1.743.305.484	23.368.500.013

2018	Ref	2018	2018
------	-----	------	------

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	(Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Dividendos propostos	113.280.464	(iv)	5.048.964	118.329.428
Demais passivos circulantes não impactados	1.032.242.795		-	1.032.242.795
	1.145.523.259		5.048.964	1.150.572.223
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	1.677.118.742	(ii)	918.796.900	2.595.915.642
Demais passivos não circulantes não impactados	8.985.021.194		-	8.985.021.194
	10.662.139.936		918.796.900	11.580.936.836
Patrimônio líquido				
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	9.787.203.751		-	9.787.203.751
Reserva legal	25.833.037	(iii)	26.573.495	52.406.532
Reserva de lucros	4.494.546	(iii)	792.886.125	797.380.671
	9.817.531.334		819.459.620	10.636.990.954
Total do passivo e do patrimônio líquido	21.625.194.529		1.743.305.484	23.368.500.013

	2018	Ref	2018	2018
	(Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15)		Ajustes	(Conforme apresentado)
Receita operacional líquida	6.748.677.271	(i)	1.221.304.507	7.969.981.778
Equivalência patrimonial	197.912.594	(iv)	222.943.192	420.855.786
Imposto de renda e contribuição social	(409.787.501)	(ii)	(455.406.498)	(865.193.999)
Outros	(6.994.173.675)		-	(6.994.173.675)
Lucro líquido do exercício	(457.371.311)		988.841.201	531.469.890

- (i) Implementação do CPC 47/IFRS 15, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 5.4
- (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual
- (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido
- (iv) Impacto nos investimentos e dividendos sobre a adoção do ativo contratual feito nas controladas em conjunto

6.2 Pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments): A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores e não foram observados efeitos relevantes.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

7. Normas e interpretações novas e revisadas

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	8.209	13.711	47.885	54.688
Bancos	4.076.810	59.285.997	3.556.822	23.237.250
Aplicações financeiras	24.982.923	1.510.795.292	372.608.738	853.432.969
	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

9. Títulos e valores mobiliários

Conta reserva	Consolidado	
	2018	2017
Araraquara	3.396.149	3.531.848
Catxerê	6.492.396	6.492.396
PPTE	-	7.930.426
LTMC	3.942.696	4.347.392
ACTE	1.328.491	1.437.559
Itatim	21.422.355	20.811.088
Iracema	6.874.734	6.874.734
MRTE	3.095.511	3.095.512
	46.552.332	54.520.955

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 18). A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

BNDES.

Araraquara, ACTE, Catxerê, LTMC

Para a Araraquara, ACTE, Catxerê e LTMC, durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

PPTE

Para a PPTE, durante todo o prazo do contrato, deve-se manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção.

Em 15 de dezembro de 2018 a empresa efetuou o pagamento total de sua dívida com o BNDES, por esta razão esta obrigação deixou de existir e os recursos desta aplicação foram resgatados e transferidos para uma conta de livre movimentação.

Itatim

Durante todo o prazo do contrato, a Itatim deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Iracema

Durante todo o prazo do contrato, a Iracema deve manter em favor da CEF uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente.

MRTE

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a MRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de dobrar a conta reserva pois o índice de cobertura da dívida foi inferior a 1,2 mantendo seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

10. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	102.145.399	100.037.498
Vencidas até 30 dias	1.256.088	1.050.625
Vencidas até 60 dias	197.780	76.469
Vencidas até 90 dias	101.483	38.591
Vencidas há mais de 90 dias	12.648.808	20.879.063
	<u>116.349.558</u>	<u>122.082.246</u>
(PCLD)	<u>(4.084.003)</u>	<u>(7.357.413)</u>
	<u>112.265.555</u>	<u>114.724.833</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(7.357.413)	(5.054.785)
Reversão	3.273.410	-
Adição	-	(2.302.628)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(4.084.003)</u>	<u>(7.357.413)</u>

11. Empréstimos a receber (Controladora)

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	2018	2017
Eletronorte (i)	07/2015	01/2020	Eletronorte	10% a.a.	386.367.895	350.782.143
Furnas Furnas (ii)	07/2015	01/2020	Eletronorte	10% a.a.	386.371.479	350.782.143
CNTE (iii)	12/2017	12/2018	N/A	108% CDI	115.545.635	-
PRTE (iv)	03/2018	12/2019	N/A	108% CDI	577.471.882	-
XRTE (v)	07/2018	04/2020	N/A	108% CDI	1.263.488.303	-
					<u>2.729.245.194</u>	<u>701.564.286</u>
Ativo Circulante					693.017.517	-
Não circulante					2.036.227.677	701.564.286

(i) Eletronorte

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$158.872.000 em 2016 e R\$135.828.000 em 2015.

(ii) Furnas

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$158.872.000 em 2016 e R\$135.828.000 em 2015.

Os Juros dos referidos empréstimos serão calculados pro rata tempore, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados pro rata tempore, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação até o dia 27 de janeiro de 2020 e pagos juntamente com o principal durante a fase de amortização. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 28 de janeiro de 2020.

(iii) CNTE

Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Contrato de Mútuo entre a controlada Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE”) e a State Grid Brazil Holding (“SGBH”) no valor de R\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

Em 31 de dezembro de 2018 a totalidade do montante aprovado no contrato de mútuo já havia sido desembolsada.

(iv) PRTE

Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em duas Fases entre a controlada Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE”) e a State Grid Brazil Holding (“SGBH”) no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

Em 31 de dezembro de 2018 a totalidade do montante aprovado no contrato de mútuo já havia sido desembolsada.

(v) XRTE

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”), deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentos e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentos e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 02 de agosto de 2018 no valor R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e 03 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade Investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015-ANEEL. Estas operações foram aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 1465, datado de 03 de julho de 2018.

12. Ativo financeiro de concessão (Consolidado)

12.1. Ativo de concessão (financeiro)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante	-	889.407.003
Não circulante	-	8.093.221.532
	<u>-</u>	<u>8.982.628.535</u>
Saldo em 31 de janeiro de 2017		8.982.628.535
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual) (i)		(8.982.628.535)
Saldo em 01 de janeiro de 2018		<u>-</u>

- (i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 12.2

12.2. Ativo de concessão (contratual)

Segue composição do ativo de concessão contratual:

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Adoção inicial CPC 47/ IFRS 15 (transferência do ativo financeiro)	8.982.628.535
Adoção inicial CPC 47/ IFRS 15	480.155.785
Saldo em 01 de janeiro de 2018	9.462.784.320
Realização e remuneração do ativo contratual	7.484.003.565
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>16.946.787.885</u>
Circulante	1.373.942.871
Não circulante	15.572.845.014

Conforme mencionado na nota explicativa 5.4, a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 480.155.785 com aumento no ativo

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

13. Investimentos (Controladora)

13.1 Informações financeiras sobre as investidas

31 de dezembro de 2018					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	572.099.905	230.054.804	342.045.101	101.878.008	57.155.083
ETIM	253.089.070	18.194.804	234.894.267	43.788.124	24.795.718
ITE	973.280.637	336.429.686	636.850.952	185.676.021	56.686.132
RPTE	270.714.512	122.776.410	147.938.102	37.928.808	(15.719.298)
PCTE	236.903.150	205.219.679	31.683.471	23.951.268	(32.271.088)
SMTE	742.927.619	449.021.176	293.906.443	81.347.026	(20.188.115)
SPTE	365.061.110	106.155.143	258.905.967	39.217.573	1.125.882
PPTE	413.764.661	62.853.018	350.911.643	71.418.018	28.797.186
Itatim	616.277.028	264.130.407	352.146.620	75.481.920	41.642.625
Iracema	285.609.976	125.377.242	160.232.734	31.891.143	7.283.474
Catxerê	593.843.873	172.192.844	421.651.029	76.663.184	41.895.053
Araraquara	250.589.631	103.788.185	146.801.445	26.354.650	12.191.691
MRTE	267.096.391	132.549.239	134.547.153	24.212.004	10.110.857
XRTE	8.956.061.940	6.701.217.323	2.254.844.617	5.459.397.035	(6.776.631)
ACTE	90.289.943	32.179.676	58.110.267	13.382.174	(1.238.239)
LTMTC	345.946.583	182.079.607	163.866.976	61.253.855	18.159.351
CNTE	749.509.384	439.880.087	309.629.297	250.197.849	79.749.227
PRTE	2.979.951.185	1.802.530.601	1.177.420.584	1.360.457.815	328.430.108
Controladas em conjunto					
Luziânia	105.919.724	34.472.458	71.447.266	24.241.339	10.653.888
Matrinchã	2.727.445.110	1.030.164.270	1.697.280.840	353.880.905	78.459.400
Guaraciaba	1.527.948.609	680.924.319	847.024.291	177.258.846	37.192.229
Paranaíba	1.950.448.213	1.197.965.844	752.482.369	291.132.230	51.139.341
Belo Monte	7.110.985.340	3.864.640.047	3.246.345.293	1.352.544.716	647.395.345
31 de dezembro de 2017					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	567.432.752	111.581.108	455.851.644	113.575.218	51.797.090
ETIM	278.473.681	31.681.404	246.792.277	51.346.674	36.079.586
ITE	1.030.708.921	396.896.671	633.812.250	171.668.470	104.056.730
RPTE	266.740.835	112.722.509	154.018.326	16.879.307	4.423.675
PCTE	353.674.516	196.876.877	156.797.639	24.598.693	16.007.566
SMTE	792.806.230	452.427.197	340.379.032	116.660.185	64.206.020
SPTE	295.016.117	103.530.490	191.485.627	35.824.866	16.222.941
PPTE	491.249.245	106.523.390	384.725.856	78.804.595	41.198.844
Itatim	651.515.386	291.787.350	359.728.036	82.860.106	52.889.782
Iracema	282.870.490	131.221.783	151.648.707	34.121.969	16.690.432
Catxerê	634.929.432	189.205.628	445.723.804	76.755.709	59.951.541
Araraquara	322.075.717	113.195.120	208.880.597	31.352.878	12.295.763
MRTE	156.522.523	92.187.296	64.335.227	18.271.834	(1.561.796)
XRTE	2.566.791.785	1.174.403.246	1.392.388.539	1.589.940.258	(143.612.403)
ACTE	103.566.654	35.015.381	68.551.273	23.625.067	5.518.110
LTMTC	396.118.845	184.326.455	211.792.390	61.629.663	(1.442.237)
CNTE	186.621.788	55.016.833	131.604.955	158.386.835	(11.749.579)
PRTE	621.744.988	120.489.098	501.255.890	486.404.249	(35.217.379)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Controladas em conjunto

Luziânia	91.708.609	35.127.843	46.512.652	26.315.371	10.068.113
Matrinchã	2.774.973.746	1.041.412.064	1.616.468.755	403.890.896	117.092.927
Guaraciaba	1.428.247.360	562.231.289	814.225.122	208.444.470	51.790.949
Paranaíba	1.698.212.194	1.019.372.175	609.371.385	320.301.979	69.468.634
Belo Monte	6.626.579.151	3.594.071.358	2.964.548.118	614.563.591	67.959.675

13.2 Movimentação dos investimentos

	Movimentação						
	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Ajuste adoção CPC 47 - IFRS 15	Aportes De capital	Dividendos	Realização de ágio	Saldo em 31/12/2018
Controladas							
ETEE	711.906.298	57.155.083	(2.503.286)	-	(168.458.339)	-	598.099.756
ETIM	325.124.751	24.795.718	3.554.229	(0)	(40.247.957)	-	313.226.739
ITE	629.880.002	56.686.132	(36.858.911)	28.750.000	(45.538.518)	-	632.918.704
RPTE	43.549.890	(15.719.298)	(3.360.925)	12.999.999	-	-	37.469.666
PCTE	(6.447.454)	(32.271.088)	(92.843.080)	-	-	-	(131.561.622)
SMTE	99.036.096	(20.188.115)	34.101.288	-	(60.385.762)	-	52.563.507
SPTe	304.805.988	1.125.881	66.305.155	-	(10.696)	(56.751.463)	315.474.865
PPTE	428.170.245	28.797.185	(54.337.825)	20.000.000	(28.273.573)	-	394.356.032
Itatim	359.728.036	41.642.624	(48.828.435)	-	(395.605)	-	352.146.620
Iracema	151.648.707	7.283.474	(15.099.447)	16.400.000	-	-	160.232.734
Catxere	445.723.804	41.895.053	(55.569.825)	-	(10.398.003)	-	421.651.029
Araraquara	208.880.597	12.191.691	(74.270.842)	-	-	-	146.801.446
MRTE	64.335.227	10.110.857	55.197.122	5.000.000	(96.053)	-	134.547.153
XRTE	1.392.387.539	(6.776.631)	143.683.709	725.550.000	-	-	2.254.844.617
ACTE	68.551.273	(1.238.239)	(21.002.767)	11.800.000	-	-	58.110.267
LTMC	211.792.390	18.159.351	(75.084.764)	8.999.999	-	-	163.866.976
CNTE	131.603.955	79.749.226	99.033.733	-	(757.618)	-	309.629.297
PRTE	501.254.890	328.430.109	212.855.672	138.000.000	(3.120.086)	-	1.177.420.584
Controladas em conjunto							
Luziânia	28.856.190	5.433.483	4.658.385	-	(2.509.952)	-	36.438.106
Matrinchã	884.116.458	40.014.294	(34.831.248)	-	(23.686.276)	-	865.613.228
Guaraciaba	441.668.196	19.155.320	(17.875.757)	-	(10.965.370)	-	431.982.388
Paranaíba	337.794.021	26.081.064	26.085.176	-	(6.194.253)	-	383.766.008
Belo Monte	1.546.578.974	330.171.626	(220.588.511)	25.500.000	(26.025.990)	-	1.655.636.099
	9.310.946.074	1.052.684.799	(107.581.155)	992.999.998	(427.064.051)	(56.751.463)	10.765.234.201

	Movimentação					
	Saldo em 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Aportes / Baixa de investimento	Aportes de capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Controladas						
SGBH-E	703.869.713	69.622.350	(710.487.307)	-	(63.004.756)	-
SGBH-T	298.885.278	40.997.782	(299.961.910)	-	(39.921.150)	-
ETEE	-	(17.286.603)	710.487.307	19.228.951	(523.358)	711.906.297
ETIM	-	(4.076.582)	299.961.910	29.608.634	(369.212)	325.124.751
ITE	526.811.811	104.056.730	-	-	(988.539)	629.880.002
RPTE	6.211.597	4.423.675	-	32.914.617	-	43.549.890
PCTE	(22.455.019)	16.007.566	-	-	-	(6.447.454)
SMTE	78.382.690	64.206.020	-	-	(43.552.614)	99.036.096
SPTe	288.583.048	16.222.941	-	-	-	304.805.988
PPTE	396.034.401	41.198.844	-	-	(9.063.000)	428.170.245
Itatim	307.340.707	52.889.782	-	-	(502.453)	359.728.036

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Iracema	124.958.276	16.690.431	-	10.000.000	-	151.648.707
Catxere	386.341.803	59.951.541	-	-	(569.540)	445.723.804
Araraquara	196.701.644	12.295.763	-	-	(116.810)	208.880.597
MRTE	65.897.024	(1.561.797)	-	-	-	64.335.227
XRTE	513.549.942	(143.612.403)	-	1.022.450.000	-	1.392.387.539
ACTE	53.033.163	5.518.110	-	10.000.000	-	68.551.273
LTMCM	158.495.048	(1.442.237)	-	54.739.579	-	211.792.390
CNTE	4.353.534	(11.749.579)	-	139.000.000	-	131.603.955
PRTE	19.472.269	(35.217.379)	-	517.000.000	-	501.254.890
Controladas em conjunto						
Luziânia	24.826.063	5.104.123	-	-	(1.073.996)	28.856.190
Matrinchã	829.752.175	59.717.393	-	-	(5.353.110)	884.116.458
Guaraciaba	415.254.812	26.413.384	-	-	-	441.668.196
Paranaíba	306.444.406	35.429.003	-	4.335.000	(8.414.388)	337.794.021
Belo Monte	1.112.750.008	34.659.434	-	398.310.000	859.532	1.546.578.974
	6.795.494.393	450.458.292	-	2.237.586.781	(172.593.394)	9.310.946.072

13.3 Ágio sobre aquisição de investimentos

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("*Business Combinations*"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível.

14. Propriedade para investimento (Consolidado)

	2017	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2018
Custo	100.097.546	-	(53.937)	-	100.043.609
(-) Depreciação	(10.847.068)	-	-	(2.232.213)	(13.079.281)
	89.250.478		(53.937)	(2.232.213)	86.964.328
	2016	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2017
Custo	97.966.379	2.143.063	(11.896)	-	100.097.546
(-) Depreciação	(5.110.431)	-	-	(5.736.637)	(10.847.068)
	92.855.948	2.143.063	(11.896)	(5.736.637)	89.250.478

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, número 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca de 45% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 55% de uso próprio em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado a taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

- Em 2015 foi contratada uma empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação do imóvel. O valor justo para compra e venda identificado foi de R\$100.840.000.
- Em 2016, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$16.068/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$148.944.093.
- Em 2017, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12.971/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 116.415.512.
- Em 2018, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 11.991/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 107.617.925,30.
- De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

15. Imobilizado (controladora)

	2017	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2018
Prédios e instalações (i)	122.221.587	-	53.937	-	122.275.524
Máquinas e equipamentos	3.322.178	77.216	158.291	-	3.557.685
Móveis e utensílios	2.230.674	32.125	10.049	-	2.272.848
Outros	31.036	(105.930)	161.870	-	86.976
Custo	127.805.475	3.411	384.147	-	128.193.033
(-) Máq. equipamentos	(1.632.994)	-	-	(361.811)	(1.994.805)
(-) Móveis e utensílios	(1.118.130)	-	-	(225.393)	(1.343.523)
(-) Prédios e instalações	(13.771.620)	-	-	(2.214.169)	(15.985.789)
(-) Depreciação	(16.522.744)	-	-	(2.801.373)	(19.324.117)
	111.282.731	3.411	384.147	(2.801.373)	108.868.916

	2016	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2017
Prédios e instalações (i)	124.379.754	-	(2.158.167)	-	122.221.587
Máquinas e equipamentos	3.160.429	126.498	35.251	-	3.322.178
Móveis e utensílios	2.356.051	5.524	(130.901)	-	2.230.674
Outros	78.465	(132.022)	84.593	-	31.036
Custo	129.974.699	-	(2.169.224)	-	127.805.475
(-) Máq. equipamentos	(1.399.577)	-	-	(233.417)	(1.632.994)
(-) Móveis e utensílios	(919.407)	-	-	(198.723)	(1.118.130)
(-) Prédios e instalações	(10.424.855)	-	-	(3.346.765)	(13.771.620)
(-) Depreciação	(12.743.839)	-	-	(3.778.905)	(16.522.744)
	117.230.860	-	(2.169.224)	(3.778.905)	111.282.731

(i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado a Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 13).

16. Intangível (consolidado)

	2018	Transf.	Adições/baixas	Amortização/ Realização	2018
Ágio (i)	144.423.199	-	-	(69.668.895)	74.754.304
Servidões e Softwares (ii)	2.014.481	(81.768)	377.773	(499.023)	1.811.463
	146.437.680	(81.768)	377.773	(70.167.918)	76.565.767

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>Transf.</u>	<u>Adições/baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>2017</u>
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	<u>1.515.707</u>	-	<u>956.795</u>	<u>(458.021)</u>	<u>2.014.481</u>
	<u>145.938.906</u>	<u>-</u>	<u>956.795</u>	<u>(458.021)</u>	<u>146.437.680</u>

(i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. A companhia identificou necessidade de registro de realização do ágio em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

17. Fornecedores - terceiros (consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores relacionados à construção	510.379.792	434.985.552
Gastos ambientais e fundiários	16.889.952	1.040.676
Prestadores de serviços	4.485.143	2.505.075
Outros	6.003.467	1.935.207
	<u>537.758.354</u>	<u>440.466.510</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

18. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2018	31/12/2017
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr13	jun/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,42%	19.850.487	22.043.263
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	set/13	dez/22	(iii)	(vii)	2,50%	4.701.872	5.878.145
ACTE	BNDES - Subcrédito C (i)	R\$	abr/13	jun/27	(iii)	(vii)	TJLP	86.312	95.835
Araraquara	BNDES	R\$	jan/11	ago/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	57.420.013	62.952.179
Catxerê	BNDES	R\$	out/11	ago/28	(iii)	(vii)	TJLP + 2,21%	128.604.409	140.994.880
ETEE	Debêntures	R\$	mar/18	fev/21	Fidejussória	N/A	105% da Taxa DI	138.151.347	-
ETIM	SGID	US\$	dez/14	set/18	N/A	N/A	Libor + 2,55%	-	19.200.133
Iracema	Debêntures	R\$	dez/10	dez/35	(iv)	(vii)	TR + 9,00%	111.666.896	114.649.559
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	dez/12	abr/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,74%	158.822.163	177.346.768
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	dez/12	out/22	(iii)	(vii)	2,50%	28.111.277	35.425.371
Itatim	BNDES - Subcrédito C (ii)	R\$	set/14	abr/27	(iii)	(vii)	TJLP	1.574.714	206.048
ITE	SGID	US\$	dez/14	set/20	N/A	N/A	Libor + 2,65%	175.560.224	224.781.082
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R\$	ago/12	jan/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,58%	57.941.320	64.691.444
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R\$	ago/12	jan/27	(iii)	(vii)	TJLP + 2,18%	17.765.471	19.834.865
LTMC	Debêntures	R\$	ago/12	abr/29	(v)	(vii)	IPCA + 8,75%	64.285.618	56.950.106
PCTE	SGID	US\$	nov/14	dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	193.857.529	184.300.908
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 3%	-	2.704.231
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 3%	-	7.334.931
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 4,3%	-	2.443.176
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	-	6.626.450
PPTE	Santander - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	UMBNDDES + 4,3%	-	2.443.176
PPTE	Santander - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(iii)	(vii)	TJLP + 4,3%	39.713	6.626.450
RPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	113.140.479	104.099.287
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2 %	1.517.042.835	1.293.954.587
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	439.529.013	375.101.282
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	261.343.052	227.729.698
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	155.130.472	135.177.940
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	90.056.705	78.473.815
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	38.559.511	33.600.073
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	116.570.961	99.483.574
SGBH	SGID - Subcrédito K	US\$	jun/17	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	156.920.075	133.918.171
SGBH	SGID - Subcrédito L	US\$	dez/17	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	113.549.059	96.904.633

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

SGBH	SGID - Subcrédito M	US\$	jul/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	113.549.059	-
SGBH	SGID - Subcrédito N	US\$	set/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	11.248.369	-
SGBH	SGID - Subcrédito O	US\$	dez/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	96.863.075	-
SMTE	SGID	US\$	nov/14	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	306.399.180	316.487.994
SPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	95.337.597	95.131.932
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/16	jul/30	(iii)	(vii)	TJLP + 2,28%	36.212.732	37.789.539
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	abr/16	jul/30	(iii)	(vii)	TJLP + 1,88%	11.226.871	11.730.820
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16	jun/26	(vi)	(iv)	IPCA+8,00%	16.045.799	16.026.834
XRTE	Debêntures	R\$	mai/17	abr/19	Fidejussória	N/A	105% da Taxa DI	-	578.492.519
XRTE	BNDES	R\$	dez/18	nov/42	(iii)	N/A	IPCA+5,62%	3.608.475.878	-
CNTE	BNDES	R\$	dez/18	jan/33	(iii)	N/A	TJLP+1,93%	147.478.529	-
PRTE	BNDES	R\$	dez/18	jan/34	(iii)	N/A	TJLP+2,33%	580.084.323	-
								9.183.202.939	4.791.631.698
	Circulante -terceiros							84.507.322	668.811.031
	Circulante – partes relacionadas							220.325.669	213.058.876
	Não circulante - terceiros							5.104.038.420	704.475.558
	Não circulante – partes relacionadas							3.774.331.528	3.205.286.233

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

- (i) Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da ACTE, o valor de R\$120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município.
- (ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R\$1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$1,3 milhão e R\$397 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$1.697.122 até 31 de dezembro de 2018.

b) Garantias

- (iii) **Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- (iv) **Garantia debêntures Iracema:** Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
- (v) **Garantia debêntures LTMC:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.
- (vi) **Garantia debêntures MRTE:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de 1 parcela do serviço da dívida considerando juros e amortização.

c) Covenants

(vii) **Covenants Araraquara, Catxerê, PPTE, Itatim, Iracema, LTMC, ACTE e MRTE**

	Araraquara	Catxerê	PPTE	Itatim	Iracema	LTMC	ACTE	MRTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2018:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não (*)

(*) O contrato de Financiamento prevê que a Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período, dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 vezes. O referido índice não foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2017/2018, porém o referido Contrato não estabelece somente obrigação relativa a valor mínimo para o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, mas também a obrigação de dobrar a conta

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

reserva de 3 para 6 vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, incluindo pagamento de principal e juros, caso o ICSD mínimo de 1,2 não seja atingido. A referida obrigação de dobrar a conta reserva foi cumprida pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018.

19. Taxas regulamentares (Consolidado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	2.737.075	2.884.375
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	4.802.882	4.695.663
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	39.678.132	37.495.784
	<u>47.218.089</u>	<u>45.075.822</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2018 a junho de 2019.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

20. Partes relacionadas (Controladora)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

20.1 Ativo

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - partes relacionadas		<u>2.783.059.601</u>	<u>762.443.758</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)		1.039.564	1.563.387
Alugueis a receber (ii)		5.408.752	5.192.847
Outros (iii)		22.091	9.874.145
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	2.729.245.194	701.564.286
Ativo disponível para venda (iv)		47.344.000	44.249.093

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

20.2. Passivo

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas		3.111.962.856	2.475.669.092
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)		1.600.669	1.325.320
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	18	3.110.362.187	2.474.343.772

20.3. Resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado - partes relacionadas	(36.296.353)	(33.683.333)
Receita de aluguel (ii)	7.778.690	9.435.645
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(1.824.215)	775.468
Despesa de juros de empréstimo	(179.931.736)	(109.504.454)
Receita de juros de empréstimo	137.680.908	65.610.008

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 13).
- (iii) Valor de R\$ 9.800.000 pago para a CNTE (Canarana Transmissora de Energia S.A.) em dezembro de 2017 referente AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).
- (iv) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. (“Luneng Brasil”). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited (“Luneng”) em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isenta de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014. O contrato prevê renovação automática caso não ocorra manifestação expressa das partes com antecedência de 3 meses. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração não tomou conhecimento de nenhuma intenção de cancelamento do acordo assinado.

20.4. Garantias

A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

<u>Controlada em conjunto</u>	<u>Tipo de empréstimo</u>	<u>Valor garantido em 31/12/2018</u>	<u>Data de assinatura do contrato</u>	<u>Data de vencimento</u>
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

BMTE (ii)	Financiamento LP	411.213.000	27/12/2018	27/12/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento LP	3.608.475.878	21/11/2018	01/12/2021
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	30/04/2018	30/04/2019
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/05/2019
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	01/05/2020
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/03/2018	31/03/2019
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	26/07/2018	30/07/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	01/10/2020
Paranaíta (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	01/04/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE (i)	Execução Fiscal	20.403	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	77.104	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	207.331	23/09/2016	23/09/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	85.397	18/07/2018	18/07/2023
SGBH	Execução Fiscal	5.919	10/10/2018	10/10/2023

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2017	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ACTE (i)	Financiamento LP	42.255.000	31/01/2017	31/01/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Risco de construção	127.500.000	09/06/2014	13/07/2018
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	233.000.000	06/04/2017	06/04/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	171.225.608	27/03/2017	27/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento CP	550.000.000	22/05/2017	20/05/2018
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	31/12/2017	30/04/2018
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/06/2018
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/12/2017	31/03/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	19/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	138.132.225	17/05/2016	19/05/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	33.150.000	23/03/2017	23/03/2019
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	25.500.000	06/09/2016	06/09/2018
Matrinchã (ii)	Financiamento LP	91.800.000	10/08/2016	10/08/2018
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	26/09/2017	26/07/2018
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Risco de construção	30.045.300	23/06/2016	24/03/2021
Paranaíta (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022

(i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado.

(ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

21. Impostos diferidos (consolidado)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos diferidos passivos (i)	2.595.915.643	795.236.272

- (i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

22. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Tributária	-	2.121.317	-	16.966.269
Cível	-	4.028.737	-	2.500.132
Servidões	-	2.406.993	-	870.722
Ambiental	-	28.605.881	-	30.464.608
Trabalhista	589.816	1.627.568	297.070	1.288.345
	589.816	38.790.496	297.070	52.090.076

Reembolso de contingências

Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Em 2018 o Departamento Jurídico da Companhia verificou que a probabilidade de perda de parte das causas que compunham esse valor mudou para "possível", não devendo mais figurar como contingência da empresa. Dessa forma, realizou-se a baixa da provisão e do valor do ativo.

Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Controladas		
ITE	2.097.111	168.250
SMTE	5.339.397	13.212.335
ETEE	103.950	5.214.215
Catxerê	2.341.273	3.070.722
PCTE	39.541	68.054
Araraquara	9.145	-
RPTE	79.525	-
SGBH	814.966	-

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

10.824.908 21.733.576

b) Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	22.127.313	80.362.707	-	53.296.467
Cível	8.494	4.303.383	-	2.114.846
Ambiental	-	6.882.047	-	3.828.786
Trabalhista	1.953.928	36.776.112	867.811	2.562.706
	<u>24.089.735</u>	<u>128.324.249</u>	<u>867.811</u>	<u>61.802.805</u>

23. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R\$ 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete reais), dividido em 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Em 2018 foram subscritas 2.150.916.654 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 2.150.916.654, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional é de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2018 e 2017</u>
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	531.469.890	409.782.343
Resultado decorrente da incorporação reversa	-	1.380.270
Reserva legal (5%)	<u>(26.573.495)</u>	<u>(20.558.131)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>504.896.395</u>	<u>390.604.482</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	<u>5.048.963</u>	<u>3.906.045</u>

24. Receita operacional líquida

	2018		2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	<u>7.778.690</u>	<u>8.825.793.772</u>	<u>9.435.645</u>	<u>3.516.473.926</u>
Receita de operação e manutenção	-	193.591.248	-	201.314.150
Remuneração do ativo de concessão	-	1.645.966.365	-	921.155.164
Receita de construção	-	6.979.611.698	-	2.385.816.535
Receita de aluguel	7.778.690	6.624.461	9.435.645	8.188.077
Deduções da receita operacional	<u>(720.612)</u>	<u>(855.811.994)</u>	<u>(927.578)</u>	<u>(336.506.852)</u>
PIS/COFINS (corrente)	(720.612)	(72.547.452)	(927.578)	(66.279.306)
PIS/COFINS (diferido)	-	(711.588.075)	-	(224.071.211)
RGR	-	(29.083.520)	-	(25.747.611)
P&D	-	(9.872.710)	-	(9.258.454)
CDE	-	(22.872.602)	-	(955.825)
TFSEE	-	(3.812.303)	-	(3.736.303)
Proinfa	-	(6.035.332)	-	(6.458.142)
	<u>7.058.078</u>	<u>7.969.981.778</u>	<u>8.508.067</u>	<u>3.179.967.074</u>

25. Custo da operação

	2018		2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Pessoal	(1.726.830)	(70.590.972)	(824.403)	(67.126.661)
Material	(57.648)	(3.670.428)	(58.800)	(6.867.529)
Serviços de terceiros	(1.481.207)	(21.588.795)	(1.399.239)	(21.165.621)
Depreciação	(2.000.872)	(1.488.427)	(5.736.638)	(5.228.204)
Custo de construção	-	(5.711.093.752)	-	(2.385.816.535)
Custo de operação e manutenção	-	(10.108.398)	-	(18.153.311)
Outros	(1.336.993)	(22.000.517)	(1.239.684)	(26.210.398)
	<u>(6.603.550)</u>	<u>(5.840.541.289)</u>	<u>(9.258.764)</u>	<u>(2.530.568.259)</u>

26. Despesas gerais e administrativas

	2018		2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Pessoal	(7.327.349)	(84.917.833)	(6.393.779)	(78.919.978)
Serviços de terceiros	(9.188.378)	(23.543.691)	(5.380.098)	(16.834.759)
Arrendamentos e aluguéis	(78.282)	(925.359)	(219.284)	(949.886)
Provisão	(799.110)	(425.937)	-	(12.575.694)
Tributos	(274.716)	(610.199)	(241.575)	(458.928)
Depreciação e amortização	(3.120.101)	(3.677.399)	(3.801.058)	(4.883.255)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Gastos diversos	(5.943.821)	(13.016.302)	(7.689.540)	(16.478.551)
Outros	(697.154)	(5.015.997)	(926.367)	(4.386.677)
	(27.428.911)	(132.132.717)	(24.651.701)	(135.487.728)

27. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	115.793	35.450.739	149.269	40.312.203
Demais receitas e rendas	1.287.192	3.519.555	7.878.631	9.174.357
Tributos sobre receitas	(129.776)	(4.628.429)	(742.581)	(5.655.692)
Pessoal	(494.233)	(9.921.166)	(242.458)	(13.523.233)
Depreciação e amortização	-	(2.311.504)	-	(1.974.179)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	(915.396)	-	(2.316.432)
Outros (i)	-	(4.505.867)	-	(3.321.400)
	778.976	16.687.932	7.042.861	22.695.624

- (i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

28. Resultado financeiro

	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	619.824.483	800.615.753	330.798.374	511.737.245
Receitas de aplicações financeiras	12.243.342	80.822.604	15.132.212	66.428.254
Juros sobre empréstimos	137.680.908	71.175.088	65.610.008	65.610.008
Variação cambial	473.781.096	649.584.579	249.698.675	370.385.090
Outras	3.241.432	9.154.093	4.314.066	15.420.606
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(7.122.295)	(10.120.611)	(3.956.587)	(6.106.713)
Despesa financeira	(1.113.332.215)	(1.838.803.354)	(423.814.377)	(771.582.241)
Variações cambial	(905.129.698)	(1.246.002.140)	(284.657.510)	(424.429.401)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros	-	(261.117.155)	-	(96.434.175)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(179.931.736)	(162.630.727)	(109.504.454)	(154.785.510)
IOF e comissões sobre empréstimos	(25.496.568)	(126.807.680)	(28.549.259)	(30.228.375)
Multas e juros	(224.570)	(3.224.141)	(27.594)	(44.936.758)
Outras	(2.549.643)	(39.021.511)	(1.075.560)	(20.768.022)
	(493.507.732)	(1.038.187.601)	(93.016.003)	(259.844.996)

29. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	2018	2017
	Controladora	Controladora
Lucro antes do IR e CS	532.981.660	337.702.481
Alíquota nominal	(181.213.764)	(114.818.844)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	179.701.994	186.898.706
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.511.770)</u>	<u>72.079.862</u>

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.315.347.934	268.521.675
Alíquota nominal	(447.194.298)	(91.297.370)
Adições e exclusões não dedutíveis	(352.353.129)	(105.166.973)
Variação Cambial	(154.065.286)	81.829.645
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	2.857.813	3.729.873
Juros Dedutíveis	(11.378.120)	(11.721.146)
Equivalência Patrimonial	143.090.967	54.849.935
Outros	(30.621.958)	7.089.976
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(849.664.011)</u>	<u>(60.686.060)</u>

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas brutas	380.187.371	434.785.069
Base de cálculo (8%)	30.414.990	34.782.806
Outras receitas	9.948.667	18.095.254
Base de cálculo	40.363.657	52.878.060
IR devido	(9.200.906)	27.761.924
(+) IR diferido / Outros	(1.354.756)	(763.422)
Total de IRPJ	<u>(10.555.662)</u>	<u>26.998.502</u>
Base de cálculo (12%)	45.622.485	52.174.208
Outras receitas	9.948.667	18.095.254
Base de cálculo	55.571.152	70.269.462
CSLL devida	(4.242.757)	5.965.401
(+) CSLL diferido/ Outros	(731.569)	(580.552)
Total de CSLL	<u>(4.974.326)</u>	<u>5.384.849</u>
Total de IRPJ/CSLL	<u>(15.529.988)</u>	<u>32.383.351</u>

30. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

30.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Nota	2018		2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Títulos e valores mobiliários	9	-	46.552.332	-	54.520.955
		29.067.942	1.616.647.332	376.213.445	931.245.862

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018		2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas	20	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.632.552
Concessionárias e permissionárias	10	-	112.265.555	-	114.724.833
Ativo de Concessão – Financeiro	12	-	-	-	8.982.628.535
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	2.729.245.194	772.739.374	701.564.286	701.564.286
		2.735.715.601	890.508.074	718.194.665	9.804.550.206

Passivos mensurados pelo Custo amortizado	Nota	2018		2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros	17	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.600.669	-	1.325.320	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	5.188.545.742	-	1.373.286.589
Empréstimos - partes relacionadas	18	3.110.362.187	3.994.657.197	2.474.343.772	3.418.345.109
		3.112.583.233	9.720.961.293	2.475.827.447	5.232.098.208

30.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2018</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	3.994.657.196	(190.717.877)	199.148.781

d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

31. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Natureza	2018		2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	-	9.424.216	-	10.000.000
Seguro patrimonial	150.000.000	2.230.318.516	150.000.000	1.982.442.348
Veículos	-	7.507.595	-	7.589.209
	150.000.000	2.247.250.327	150.000.000	2.000.031.557

33. Eventos subsequentes

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")

Em 1 de Março 2019 a controladora Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE") realizou a sua primeira debênture de infraestrutura no montante de R\$ 112.310.000,00 (cento e doze milhões, trezentos e dez mil reais) cujos recursos são destinados à implementação do projeto de expansão autorizado pela resolução ANEEL 6.687/2017.

As debêntures têm vencimento em 15 de fevereiro de 2029, e taxa de juros é de IPCA + 4,45% ao ano. Os juros e amortização são pagos semestralmente iniciando se em 15 de fevereiro de 2021.

A debenture conta com fiança corporativa da SGBH (State Grid Brazil Holding S.A.) até o *completion* físico financeiro, além de 35% dos recebíveis da controladora após a entrada em operação do projeto de reforço, e alienação fiduciária de 22% das ações da SGBH na controladora.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE")

Debêntures

Em 09 de Janeiro de 2019 a controladora Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE"), amortizou com a debenturista State Grid Brazil Holding S.A. parte do valor das debêntures emitidas, acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 332.639.590,86 (trezentos e trinta e dois milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos), sendo R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) de valor principal e R\$ 17.639.590,86

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

(dezessete milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) de juros remuneratórios.

Entrada em Operação

Em 18 de Janeiro de 2019 foi emitido pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para operação integrada à Rede Básica do SIN, declarando que todos os requisitos dos procedimentos de Rede referente às instalações da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. foram atendidos, estando a companhia apta, e sem pendências, para iniciar a Operação Comercial Definitiva no Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 13 de Janeiro de 2019, o que efetivamente ocorreu nesta data.

Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")

Contrato de Mútuo

Em 09 de janeiro de 2019 a controladora Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE"), quitou integralmente o mútuo com a controladora State Grid Brasil Holding S.A. acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 115.730.096,37 (cento e quinze milhões setecentos e trinta mil e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), sendo R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) de valor principal e R\$ 5.730.096,37 (cinco milhões setecentos e trinta mil e noventa e seis reais e trinta e sete centavos) de juros remuneratórios.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"),

Em 29 de janeiro de 2019 a controladora Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"), recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447,00 (Oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.